

GOVERNO LULA / Presidente orienta os ministros a terem relação de respeito com o Legislativo, sem desprezo ou submissão, como aconteceu com antecessores. E deixa claro que o sucesso do governo depende do bom contato com parlamentares

Sem arrogância com Congresso

» INGRID SOARES
» RAFAELA GONÇALVES
» TAÍSA MEDEIROS
» VÍCTOR CORREIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende ter uma relação com o Congresso bem diferente daquelas que marcaram a gestão dos seus antecessores. Não será a de distanciamento, como a do segundo governo Dilma Rousseff — que abriu a porta para o impeachment da ex-presidente —, ou a de submissão, como se viu no período de Jair Bolsonaro — que delegou a gestão de recursos da União ao Legislativo por meio do orçamento secreto. Segundo Lula, a ordem é construir relações de bom trato com os parlamentares, escutando demandas, inclusive daqueles com opiniões contrárias a do Palácio do Planalto.

Lula destacou que a composição do novo governo é fruto de uma frente ampla de partidos e, por causa disso, a importância de um diálogo aberto com o Congresso. “Muitos de vocês são resultado de acordos políticos. Porque não adianta ter um governo tecnicamente competente, formado em Harvard, e não ter um voto na Câmara e no Senado. Não mandamos no Congresso. Dependemos do Congresso e, por isso, cada ministro tem que ter paciência e grandeza de atender bem cada deputado e senador que buscá-lo”, salientou.

Lideranças

O recado não foi somente para os ministros. Serviu, também, para os três líderes do governo no Legislativo: Jaques Wagner (PT-BA), no Senado; José Guimarães (PT-CE), na Câmara; e o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder no Congresso

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



Alckmin cobrou alinhamento total às premissas de Lula: “A responsabilidade é enorme, frente ao presidente que nos proporcionou essa confiança”

— que estavam na reunião ministerial. “Não tem importância que você divirja de um senador ou deputado. Quando a gente vai conversar, não está propondo casamento. A gente está propondo aprovar uma tese ou uma aliança momentânea em torno de algum assunto que interessa ao povo brasileiro”, orientou.

Essa nova relação com o Congresso contará, também, com a presença do próprio Lula, que prometeu um contato mais próximo com o Legislativo do que em seus oito anos anteriores à frente do Planalto. “Não se preocupem: vão ter um presidente disposto a fazer tantas conversas quanto forem necessárias com

lideranças, partidos políticos e os presidentes (do Senado) Rodrigo Pacheco e (da Câmara) Arthur Lira. Não tem veto ideológico para conversar e não tem assunto proibido em se tratando de coisas boas para o povo brasileiro. O governo precisa da boa vontade da Câmara e do Senado, e assim vamos governar esses quatro anos”, salientou, dirigindo-se a Randolfe, Guimarães e Wagner.

Acordo

A determinação de Lula sinaliza, também, de que está garantido o acordo para a reeleição de Pacheco e de Lira ao comando das Casas que presidem. Reforça, ainda, o

papel que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, terá no novo governo.

“A ordem que recebemos do presidente Lula foi unir e reconstruir o país. Voltamos para fazer política de forma civilizada e trabalhar em prol dos interesses do país”, comentou Padilha.

O direcionamento dado pelo presidente Lula sobre o relacionamento com o Congresso repercutiu bem entre parlamentares. Pacheco elogiou Lula por sua “capacidade de aglutinação”.

“O presidente Lula demonstra, com essa fala, experiência e capacidade de aglutinação.

De fato, o Congresso merece respeito porque tem compromisso com as soluções para o país. O presidente e seus ministros poderão contar com isso. Vamos trabalhar muito para que a independência entre os Poderes seja a mais harmônica possível”, tuitou.

Randolfe também tuitou deixando claro que tinha captado a mensagem. “O nosso presidente acabou de dar um grande recado aos ministros e líderes do governo. Temos que dialogar e buscar a união em prol do Brasil. Não há tempo para divergências enquanto 33 milhões de pessoas não têm o que comer”, observou.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços lembrou que esse bom relacionamento com o Congresso é um dos pilares do atual governo. “Temos a gratidão ao povo brasileiro que deu uma aula de democracia e gratidão ao presidente Lula. Só ele ganharia essa eleição. Ninguém mais ganharia essa eleição, e gratidão a gente retribui com trabalho. A responsabilidade de cada um de nós aqui é enorme, frente ao presidente que nos proporcionou essa confiança, essa oportunidade de trabalharmos pelo povo e frente ao povo brasileiro”, cobrou.

Restrição e mimo na reunião

A primeira reunião ministerial do governo Lula teve medidas para ser o menos midiática possível. Logo na entrada, uma placa anunciava que os participantes não poderiam entrar com celulares. A restrição tinha duas razões: evitar as transmissões, ao vivo, pelas redes sociais, o que tornaria o encontro de trabalho em um evento social; e que trechos fossem retirados e publicados nas páginas pessoais dos ministros, abrindo a possibilidade de que isso pudesse causar novos ruídos na comunicação do governo.

Os assessores próximos do presidente Lula tomaram os cuidados para que o encontro ministerial fosse o mais sóbrio possível, bem distante daquele de 22 de abril de 2022, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro reuniu seu primeiro



Janja deu aos ministros, na reunião — que não pôde ser registrada por celulares —, reproduções da foto da posse. Alexandre Padilha (Relações Institucionais) mostra a dele



escalão e assessores graduados também no Palácio do Planalto. A gravação que veio a público depois mostrou uma conferência repleta de palavrões e termos chulos, além de ameaças e propostas indecorosas — como a do ex-ministro do Meio Ambiente,

Ricardo Salles, de “passar a boia-da” por meio de liberações normativas contrárias à preservação ecológica, num momento em que a população estava preocupada com o avanço da pandemia de covid-19; ou a do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub,

que chamou os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de “vagabundos” e disse querer vê-los atrás das grades.

Mas a reunião de Lula com o ministério não foi marcada apenas pela sisudez. A primeira-dama Janja Lula da Silva, que participou

do encontro e sentou-se no espaço reservado aos assessores, entregou aos integrantes do primeiro escalão cópias da foto oficial do ministério que tomou posse, junto com o presidente, em 1º de janeiro.

Janja, porém, permaneceu na sala apenas no início da reunião.

Sentou-se próxima à ministra do Turismo, Daniela Carneiro, que protagoniza a primeira polêmica do governo por causa do envolvimento com milicianos em seu berço político — Belford Roxo, na Baixada Fluminense (**leia mais na página 4**). (TM)

Governo já demitiu mais de 1,4 mil da máquina

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início ao processo de “desbolsonarização” da máquina federal. As demissões de funcionários em cargos do segundo escalão dos 37 ministérios superaram 1.400 pessoas, conforme informou o ministro da Casa Civil, Rui Costa. O processo, focado nos cargos de confiança e de chefia, continua. O número final ainda não foi fechado.

A demissão atingiu a cúpula do Executivo, logo abaixo dos ministros, com posições de liderança — os cargos de natureza especial (secretários) e antigos DAS 5 e 6. Nos próximos dias, avança para os DAS 3 e 4 e, ao longo das primeiras semanas de janeiro, atingirá todo o espectro de comissionados.

A sigla DAS significa “direção e assessoramento superior” e segue

sendo utilizada no jargão político e administrativo do governo, embora não exista mais oficialmente. O governo Bolsonaro promoveu uma reforma estrutural dos cargos do Executivo, criando um escalonamento maior e alterando remunerações, que permitiu pagar salários mais altos para cargos do topo dos ministérios.

“Primeiro fomos cortando os de DAS 5 para cima. Cada ministério cortou na medida da demanda dos ministros. Ou a gente foi identificando pessoas incompatíveis com a função, pessoas de todo tipo”, disse Rui Costa, que nega o corte ideológico. “Estamos tirando pessoas que não são adequadas para o papel. Todos serão substituídos”, garantiu.

Uma das demitidas foi Maria Farani Rodrigues, assessora do

gabinete pessoal do presidente. Ela exercia funções no Planalto desde 2017. É bolsonarista assumida, posa envolta na bandeira do Brasil nas redes sociais e compartilha pedidos de golpe militar.

A servidora estava envolvida, segundo a Polícia Federal (PF), na elaboração de um relatório usado na live em que Bolsonaro relacionou a vacina contra a covid-19 ao risco de contrair HIV. O documento foi produzido com o tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, ajudante de ordens do ex-presidente, que também foi dispensado. As demissões foram assinadas por Marco Aurélio Ribeiro Santana, chefe de gabinete de Lula.

Quando assumiu, em 2019, a equipe de Bolsonaro, representada por Onyx Lorenzoni — então ministro-chefe da Casa Civil —,

prometia “despetizar” a máquina federal. Algumas demissões de funcionários, porém, provocaram problemas e chegaram a ser revertidas por alguns dias.

Anuência

Segundo Costa, as mudanças nos cargos de confiança ocorreram com anuência dos ministros. Ele disse que, salvo algum acordo político fechado por Lula, os postos são de livre nomeação dos titulares das áreas e não houve uma lista pronta de cortes elaborada pelo Planalto. Desde a transição de governo, o ministro da Casa Civil afirma que os integrantes do primeiro escalão têm liberdade para solicitar tanto a exoneração quanto a permanência de funcionários.

“Foi pedido para cada ministro que fizesse, caso necessário, a exceção para o não corte. Muitos fizeram, alguns não. Não houve demissão por engano. Foi dito que todos os de DAS 5 para cima seriam mandados embora. Nós identificamos as que achávamos que eram funções essenciais e pedimos a cada ministro aqueles (servidores) que também achavam que eram essenciais e que podiam permanecer. Todos os indicados foram mantidos. Quem não foi (apontado), saiu”, disse Costa.

O ministro disse que será possível, entretanto, reverter alguma exoneração, caso haja pedido direto do ministro. “Eventualmente alguns estão sendo repostos. Aqueles que o ministro, ou não olhou ou não conseguiu enxergar

a urgência, nós voltamos. Poderemos voltar (a nomear) alguns ao longo da semana, não há problema”, assegurou.

Apesar de a Casa Civil negar que as demissões sejam políticas, integrantes do governo confirmaram que foram realizadas checagens de vínculos políticos prévios e de cunho ideológico sobre os nomes empregados na máquina. Além da filiação partidária, uma fonte aberta de pesquisa são as redes sociais. Eles dizem ser natural uma avaliação sobre os ocupantes dos cargos de confiança de qualquer governo.

Os alvos de escrutínio são de dois tipos: chefes identificados com o bolsonarismo e servidores de carreira que aderiram ao governo anterior e, na avaliação de petistas, não podem permanecer.